



GT 047. Nas tramas do viver: entre governos, escritas e antropologias da dor

Natália Corazza Padovani (Pagu / UNICAMP) - Coordenadora, Leticia Carvalho de Mesquita Ferreira (CPDOC/FGV) - Coordenadora

Este GT de continuidade há um debate iniciado em 2015, que respondia a três distintas ordens de problemas: a dimensão política da dor, as técnicas de governo e a escrita etnográfica. Preocupados por aspectos do viver que muitas vezes são esquecidos, sublimados e controlados, mas, todavia constituem e animam a vida cotidiana, neste GT, propomos, agora, uma nova rodada de debates. Para tanto, temos o intuito de reunir etnografias que analisem as variadas articulações entre técnicas de governo e modalidades de sofrimento, explorando tais dilemas a partir de diferentes perspectivas. Seu viés analítico é o desafio de transpor terminologias locais para termos correlatos como "dor", "sofrimento", "sofrer"; os desafios metodológicos como fazer etnografia de/em situações de sofrimento; e suas composições políticas - até onde ir na partilha da dor com nossos interlocutores? Como evitar uma compaixão desenfreada ou um desejo de governo renovado? Ao acreditarmos que o sofrimento/dor apresenta-se como condição comum a variados contextos de pesquisa, esperamos receber contribuições que, independentemente de vínculo disciplinar, estejam, por um lado, atentas a como a forma política produtiva do sofrimento pode, em muitos contextos, ceder espaço à forma produtiva do governo, a fim de produzir sujeitos e populações governáveis. E, de outro lado, não se furtem a descrever a dor como modo de viver o mundo, cujo modo situado de análise incide em formas de narrar e produzir etnografia.

Nas tramas dos (des)governos da dor: entre cachorros, documentos e expulsões

Autoria: Natália Corazza Padovani

A proposta de comunicação oral refere-se a pesquisa em andamento com Auxílio FAPESP 2018/0255-8. Nesta, tomo como campo etnográfico trajetórias de pessoas egressas dos sistemas prisionais paulista e catalão para analisar como gênero, articulado a outras diferenças, opera nos entrecruzamentos entre prisão e deslocamentos populacionais transnacionais. A pesquisa analisa as relações estabelecidas entre prisão e outros aparelhos estatais de controle das fronteiras, centrando-se nos trânsitos de mulheres que saem (voltam) da (para) prisão e permanecem como migrantes irregulares nos países onde ficaram presas. Inspirada pelo tema do GT, baseio esta apresentação na trajetória de Patrick. Sapatão/homem trans sul-africano, Patrick terminou o cumprimento de sua pena sob a acusação de tráfico internacional de drogas no sistema penitenciário do estado de São Paulo no ano de 2012. Desde então vive irregularmente como migrante em uma cidade do interior paulista. Com a ameaça da expulsão do território brasileiro e vivendo sob a insegurança das relações de work e vizinhança, a principal razão de ansiedade e dor exposta por Patrick em nossas conversas é o medo de ser detido e expulso pela polícia federal; a qual não vai embarcar seus cachorros junto no avião?. Ademais, a relação que Patrick estabelece com os cachorros que adota da rua, em suas palavras a sua "única família", tem feito com que, para além da expulsão movida pelo Ministério da Justiça do Brasil, Patrick seja sistematicamente expulso pelos moradores das vizinhanças onde estabelece moradia. Repetindo reiteradamente o medo de ter seus cachorros "assassinados" pelos vizinhos, Patrick tem encarnado atributos de ameaça e loucura nas relações que mantém na cidade, bem como com as amigas que conheceu na prisão e com as quais ainda mantém contato. Nas palavras de Patrick, "era mais fácil ser feliz na prisão do que fora dela". No "mundão" [fora da prisão] onde Patrick segue vivendo em irregular "liberdade" migratória, psicólogas e assistentes sociais da rede municipal representam a ameaça da expulsão e da separação de sua família: seus cachorros. A trajetória de Patrick permite analisar os (des)governos de dores e sofrimentos que não/são esquadrihados nos dispositivos legais que governam fronteiras, fluxos



transnacionais e mercados ilegais. Mas que enredam redes de assistência e moradia municipais e governo das fronteiras transnacionais. Por meio da análise das dores e sofrimentos expostos por Patrick, esta comunicação propõe analisar o que transborda dos quadros institucionais que localizam sujeitos como legais e ilegais segundo atributos de diferenciação, atividades econômicas e relacionamentos afetivos.



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

